



PROSTITUIÇÃO FEMININA: A PROFISSÃO MAIS ANTIGA DO MUNDO OU RESULTADO DE UMA SOCIEDADE PATRIARCAL?

Diana Maria da Silva Sousa¹

Centro de Referência em Assistência Social – CRAS - Bom jardim – PE – dianasousapsi25@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste estudo foi resgatar uma visão crítica, afirmando que não há liberdade e igualdade para as mulheres enquanto se estiver presas a polaridade imposta, assim como, evidenciar uma sociedade pautada no patriarcado como estruturante das relações de poder, e conseqüentemente da prostituição feminina. Para isso utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica a partir de uma análise do que já foi produzido sobre este tema em livros e artigos. Foi verificado que a sexualidade assim como a prostituição são construções históricas modificadas e adaptadas a cada época e que combinam aspectos da família, relações econômicas e de poder. Assim sendo, pôde-se constatar que o controle sobre o corpo das mulheres é estruturado a partir da sexualidade e inteiramente vinculado a necessidade constante de adequação ao modelo de família centrada no poder masculino, assim como, o tipo de trabalho que pode ser desempenhado por mulheres. Onde a prostituição, num contexto histórico, já desempenhou diversas funções, como por exemplo, manter a virgindade das moças de família, ao satisfazer os desejos dos homens. Ficando nítido três elementos cruciais para a naturalização da prostituição como “a profissão mais antiga do mundo”: aceitação da banalização da sexualidade pelo capitalismo patriarcal; tratar a prostituição como resultado de um comportamento individual; a hipocrisia frente ao caráter androcêntrico da sexualidade. Sugere-se estudos e projetos que forneçam uma melhor garantia de autonomia e políticas públicas para as mulheres, principalmente as que se encontram na prostituição, para que seus corpos não sejam legalizados como mercadorias à venda.

Palavras-chave: Prostituição; Sexualidade; Capitalismo; Patriarcal; Regulamentação.

A questão da prostituição não pode se resumir ao grupo de mulheres envolvidas na indústria do sexo, mas é relevante para o conjunto das mulheres, por se tratar de um fenômeno que legitima e reproduz um modelo de sexualidade que é patriarcal. Modelo de sexualidade masculina que transforma homens em demandantes de sexo, e a prostituição aparece como uma forma de garantir seu acesso aos corpos das mulheres.

O objetivo deste estudo foi resgatar uma visão crítica, que nos permitiu afirmar que não há liberdade e igualdade para as mulheres enquanto as mesmas estiverem

presas a polaridade imposta culturalmente – santa/puta, assim como, evidenciar uma sociedade pautada no patriarcado como estruturante das relações de poder, e conseqüentemente da prostituição feminina, como resultado do controle do corpo feminino, de sua autonomia e sexualidade. Para isso utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica a partir de uma análise do que já foi produzido sobre este tema em livros e artigos. Permitindo-nos verificar que a sexualidade assim como a prostituição são construções históricas modificadas e adaptadas a cada época e que combinam



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

aspectos da família, relações econômicas e de poder. Assim sendo, pôde-se constatar que o controle sobre o corpo das mulheres é estruturado a partir da sexualidade e inteiramente vinculado a necessidade constante de adequação ao modelo de família centrada no poder masculino, assim como, o tipo de trabalho que pode ser desempenhado por mulheres. Onde a prostituição, num contexto histórico, já desempenhou diversas funções, como por exemplo, manter a virgindade das “moças de família”, ao satisfazer os desejos dos homens. Ficando nítido três elementos cruciais para a naturalização da prostituição como “a profissão mais antiga do mundo”: aceitação da banalização da sexualidade pelo capitalismo patriarcal; tratar a prostituição como resultado de um comportamento individual; e a hipocrisia frente ao caráter androcêntrico da sexualidade.

“A Prostituição é uma construção histórica”

Quem nunca escutou a seguinte afirmação: “a prostituição é a profissão mais antiga do mundo!?”. Esta afirmação acaba sendo usada para naturalizar a prostituição, ou seja, como algo que sempre existiu e desta forma também, nunca deixará de existir. Isso faz com que a exploração e opressão sejam

omitidas, e que a prostituição seja considerada uma boa opção para muitas mulheres em diferentes épocas.

Nesse contexto a concepção moralista, nos leva a compreender a prostituição como algo individual ligada a estereótipos que são reproduzidos por grande parcela da população, onde são as prostitutas as culpadas pela existência da prostituição. Porém, a prostituição é uma construção histórica, modificada e adaptada a cada época, mas que desde o início combina aspectos da sexualidade, da família, das relações econômicas e de poder em cada contexto. Onde é muito forte a presença da misoginia, funcionando para que a própria família participe na venda de suas filhas, onde os pais expulsam as filhas de casa por terem perdido a virgindade ou arrumam relações pautadas no interesse econômico.

Ao citar o contexto, não podemos deixar de lado o papel do cristianismo e sua influência na constituição das relações sociais e dos valores que as orientam, assim como as mudanças trazidas pelo capitalismo para o modelo de constituição familiar, no que se refere a construção de patrimônio e herança, mercantilização, urbanização, concentração da propriedade privada, resultando em acumulação de uma lado e pobreza do outro. O capitalismo, passa a incorporar o patriarcado como estruturante das relações



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sociais, dividindo o trabalho entre público e privado, onde o público refere-se a produção e o privado a reprodução. Esta visão acaba reduzindo o conceito de trabalho a atividade que tem valor monetário, ocultando o trabalho doméstico e de cuidados.

Essa diferenciação acaba por não evidenciar a dependência masculina, assim como da sociedade capitalista, do trabalho invisível exercido pelas mulheres. Onde o masculino é representado pela virilidade, força e independência, e o feminino representado como frágil, dependente e vinculado a maternidade. Esta definição de masculino e feminino foi definida e constituída por homens, levando-nos a entender como uma forma de autolimitação das mulheres. E assim, as mulheres precisam se adequar aos interesses e ideais masculinos, tornando-se objetos e presas. Esses ideais são naturalizados e as relações de desigualdade entre homens e mulheres são encaradas como diferenças que se complementam.

Na consolidação do capitalismo patriarcal a família transforma-se e a heterossexualidade para a ser imposta como norma obrigatória. Sendo assim, o patriarcado seria o modelo ideal de família, baseada no homem como provedor e controlador, tanto no âmbito individual como no coletivo, sobre: o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. E é exatamente nesses três tipos de

controle que a prostituição é inserida havendo uma ideologia que legitima esta prática.

Ao analisarmos a história brasileira, compreendemos que além da estruturação familiar com base no patriarcado, é fortemente perceptível nas relações sociais, as raízes do colonialismo, marcadas por forte racismo, escravidão e extermínio dos negros e indígenas, onde estas mulheres foram brutalmente violadas pelo estupro. Estes elementos marcam a imagem da mulher brasileira, representadas na mídia como símbolos de sensualidade e erotismo, tanto no Brasil, como fora dele.

O controle sobre o corpo das mulheres é estruturado a partir da sexualidade e inteiramente vinculado a necessidade constante de adequação ao modelo de família centrada no poder masculino, assim como, o tipo de trabalho que pode ser desempenhado pelas mulheres. Esta sexualidade é construída a partir de uma dupla moral, onde as mulheres deveriam permanecer virgens até o casamento, onde deveriam ser fieis aos seus maridos, e por outro lado os homens eram incentivados a múltiplas experiências sexuais. E é nesta perspectiva que a prostituição entra em cena como aquilo que funcionaria para preservar a virgindade das jovens de família e ao mesmo tempo garantir a satisfação masculina.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ao longo da história, podemos evidenciar várias “funções” cumpridas pela prostituição, desde a manutenção do modelo de sexualidade, família até aos papéis ideológicos. Esta serve também para julgar e controlar as mulheres a partir da manifestação de sua sexualidade como “santas ou putas - não somente as que são prostitutas, mas também as que não seguem as normas estabelecidas pela sociedade patriarcal”, ou seja, honradas ou não, e a partir disso, dividir as mulheres e estabelecer estigmas e punições. Sendo assim, a sexualidade é uma construção social, que é estimulada diferentemente para meninos e meninas, assim como, sua relação com o corpo. Resultando em mulheres que realizem práticas sexuais que não desejam, afim de não serem rotuladas de inadequadas e até mesmo para manterem o casamento. Com isso vivem na constante de agradar aos homens e onde sua satisfação não aparece.

Nesse contexto os perigos enfrentados pelas mulheres ocorrem tanto internos (interiorização que as mulheres fazem da feminilidade tradicional) quanto externos (violência sexista - agressões, estupros, assédio sexual), resultando assim, num medo de viver os próprios desejos e limites. Onde há uma imposição de uma subjetividade ausente de autonomia e desejos, atrelados ao ideal de estar para o outro e não para si.

Atualmente, a sexualidade é apresentada como objeto ou mercadoria, evidenciando um modelo de como a mesma deve ser vivenciada, onde as mulheres são vistas como disponíveis, e assim pertencentes aos homens, tendo que alterarem seu comportamento a partir das exigências masculinas. Com isso, a entrada na prostituição é marcada pelas relações de poder patriarcais, muitas vezes feita na adolescência, através de alguém que atua como agente.

A regulamentação da prostituição como profissão, acaba por simplificar as questões que estão envolvidas, principalmente a violência e a vulnerabilidade social, encarando esta atividade como a venda de mais um serviço, levando-nos a pseudo ideia de que a prostituição é realizada por livre escolha com o consentimento das mulheres prostituídas. Assim como, que esta regulamentação as protegeria, livrando-as da marginalização e estigma. Tais afirmações tornam-se contraditórias pois, os projetos de lei focam na legalização do mercado e seus agentes e não nas condições físicas, sociais e psicológicas das mulheres envolvidas. Sendo ainda levada em consideração apenas quem se “prostitui”, ou seja, a prostituição como um comportamento individual. Deixando de lado tantos outros atores envolvidos neste sistema: clientes, empresários, cafetões, cafetinas e até



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Estados. Neste sistema recai sobre as mulheres o peso da estigmatização, desprezo e confinamento, enquanto que o papel dos homens permanece em sigilo.

Na busca de retirar o caráter patriarcal da prostituição, utiliza-se o @ (arroba) afim de omitir o gênero e a demanda masculina por prostituição. A crítica a prostituição não parte de uma visão moralista. Queremos questionar o discurso liberal sobre a prostituição, que justifica a banalização da sexualidade e a imposição de novos modelos para a mesma subordinação das mulheres.

Os Projetos de Lei que visão a regulamentação da prostituição como profissão, nos permite compreender que o intuito dos mesmos não é a melhora de vida das mulheres em situação de prostituição, na medida que não prevê nenhuma política pública específica para essa população. Ao invés de promover segurança e cuidado dessas mulheres, garantindo-lhes direitos básicos, estes projetos visão suprir a necessidade da indústria sexual. Sendo assim, essa regulamentação se sustenta, quando deixa encoberto a realidade e a essência da prostituição, na maioria das vezes, de mulheres pobres, expulsas de suas casas, ou seja, vítimas e vitimizadas no contexto em que vivem.

Ficam nítidos assim, três elementos cruciais para a naturalização da prostituição

como profissão. O primeiro é a aceitação da banalização da sexualidade pelo capitalismo patriarcal com o objetivo de estender e ampliar o comercio e o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres. O segundo é tratar a prostituição como resultado de comportamentos individuais, e não como parte de uma instituição organizada. O terceiro é a hipocrisia frente ao caráter androcêntrico da sexualidade, quando se fala em uma suposta liberdade sexual das mulheres, mas onde as mulheres não têm decisão nem caminho próprio, mas são pautadas pelas normas masculinas.

Estando os corpos das mulheres ofertados como mercadorias, numa lógica capitalista, evidenciamos a força do patriarcado, na medida em que os homens são reconhecidos como os senhores sexuais das mulheres. Já, dentro de uma lógica desenvolvimentista, vemos o corpo das mulheres como amortecedor dos impactos do desenvolvimento, da super-exploração do trabalho e da destruição do território. Onde vemos investimentos bilionários e obras gigantescas, porém pouco se investe no combate à exploração sexual, assim como, na garantia de melhores condições de vida para as populações que estão em meio a este desenvolvimento.

Por isso, uma reivindicação central no que se refere as mulheres em situação de



prostituição, é a garantia de políticas públicas que garantam a autonomia econômica das mulheres, assim como ações efetivas do Estado para pôr fim à violência e discriminação das mulheres em situação de prostituição quando vão a consultas médicas, ou quando tentam denunciar nas delegacias as violências que sofrem.

REFERÊNCIAS

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **História Das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas**. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/4503/3796>
Acesso em 19 de abr. de 2016.

NASIO, JUAN DAVID. **Meu Corpo e suas Imagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

OLIVEIRA, Alexandra. **Prostituição feminina, feminismo e diversidade de trajetórias**. Ex aequo no.28 Vila Franca de Xira 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200003
Acesso em 19 de abr. de 2016.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: Gênero no mercado do sexo**. Cad. Pagu no.25 Campinas Jul/Dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001
Acesso em 19 de abr. de 2016.

PROSTITUIÇÃO: Uma abordagem Feminista. Sempre Viva Organização Feminista. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2014/02/19/prostituicao-uma-abordagem-feminista/> Acesso em set. de 2015.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Diversidade de Gêneros – Mulheres**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/red/h/03/03_rosal_diversidade_genero.pdf
Acesso em 19 de abr. de 2016.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; SILVA, Isabel Cristina da; MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Trabalho, Gênero e Prostituição: Reflexões sobre as Dimensões Obscuras do Trabalho de Mulheres Prostituidas**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR191.pdf
Acesso em: 19 de abr. de 2016.

VIEIRA, Marcos Sardá. **Deslocamentos femininos e prostituição**. Rev. Estud. Fem. vol.23 no.2 Florianópolis Mai/Agos. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200629
Acesso em 19 de abr. de 2016.

¹Técnica Social do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS – Bom Jardim/PE. Graduada em Psicologia pelas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – FAINTVISA; Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho, pelo Instituto Brasileiro de Gestão e Marketing; Cursando Pós-graduação em Clínica Psicossocial pelas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – FAINTVISA.